

**MORAR EM UM PATRIMÔNIO: OS PESCADORES E AS RUÍNAS DE
ITAIPU**Juliene Tardeli ¹

Resumo: O presente trabalho diz respeito a um relato de pesquisa, que procura demonstrar a relação entre os pescadores tradicionais de Itaipu e o espaço das Ruínas do Recolhimento de Santa Teresa enquanto um bem tombado pelo IPHAN. A pesquisa em questão teve como métodos de elaboração a discussão bibliográfica e a análise de entrevistas semiestruturadas que visaram materializar o discurso dos moradores de Itaipu em relação à época em que as ruínas foram habitadas por pescadores. Esta pesquisa considerou, ainda, a abordagem das condições históricas da cultura pesqueira em Itaipu e dos Remanescentes do Recolhimento de Santa Teresa como procedimento necessário para entender a existência de um discurso paralelo à história do tombamento das ruínas encontradas no Museu de Arqueologia de Itaipu e nos arquivos do IPHAN.

Palavras-chave: Patrimônio, Comunidade Tradicional de Pescadores de Itaipu, IPHAN, Recolhimento de Santa Teresa.

No Brasil, as iniciativas na área da cultura tomam corpo com a vinda da Corte Lusa. A maioria dos museus instalados no Brasil no século XIX era de caráter etnográfico, ou ligados às ciências naturais, como a paleontologia e a arqueologia. A perspectiva de criação de um discurso nacional se deu especialmente com a criação do Museu Histórico Nacional, que pelo projeto de intelectuais ligados a Gustavo Barroso, passava a ter a missão de educar o povo através da materialização da tradição e de uma história oficial. A partir de então, a visão patrimonial do MHN passou a influenciar as instituições da área; um exemplo disto foi o funcionamento do curso de museologia no próprio museu, que por mais de 40 anos contou com a organização de Gustavo Barroso.

Após 1922, e o surgimento do modernismo, os intelectuais brasileiros visaram romper com as tendências europeias para construir o “genuíno brasileiro”. Nasce assim a consciência da necessidade de se preservar o patrimônio, que agora abarcava as singularidades nacionais. Neste contexto, foi criado em 1923 a Inspetoria dos Monumentos, em 1934 o Serviço de Patrimônio de Monumentos e obras de arte e já no Estado novo, a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1937, que tinha como presidente Rodrigo de Melo Franco de Andrade.

O surgimento do SPHAN marca o processo de institucionalização de uma política para patrimônio cultural no país, que tinha como fundamento o compromisso

¹Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História Social (UERJ/FFP). Bolsista pela CAPES. juliene.tardeli@gmail.com.

com a gestão de uma memória nacional, baseada na integração e na coesão social. A direção do SPHAN se distanciou, entretanto, da visão pluralista de Mário de Andrade², pois “o órgão oficializou um conceito de patrimônio restritivo, associado ao universo simbólico das elites, à idéia hierárquica da cultura e ao critério exclusivamente estético dos bens culturais.” (JULIÃO, 2006, p. 24). Para Julião, o SPHAN foi responsável pela entronização do barroco como símbolo nacional, se detendo a política de tombamentos.

Além da valorização do Barroco, a administração de Rodrigo de Andrade foi marcada pela multiplicação de processos de tombamentos de monumentos e obras arquitetônicas que se referiam a um passado religioso. Neste ponto, entendemos o tombamento das Ruínas do Recolhimento de Santa Teresa como ação exemplar da perspectiva patrimonial de seu tempo.

2. Habitando o Patrimônio: as ruínas e sua memória

Visando refletir sobre a vivência de pescadores artesanais da praia de Itaipu nos Remanescentes de um antigo recolhimento para mulheres que funcionou no século XVIII e que hoje sedia o Museu de Arqueologia de Itaipu (MAI), foram realizadas na vila de pescadores de Itaipu (em 2012) entrevistas com o objetivo de demonstrar como esta comunidade tradicional se posiciona mediante aos remanescentes, visto que na época em que os habitavam, este conjunto arquitetônico foi tombado como patrimônio pelo IPHAN. Neste sentido, a pesquisa visa contribuir para algumas reflexões no que dizem respeito às ações empreendidas pelo IPHAN³; quais as considerações que levaram ao tombamento⁴ deste patrimônio e quais as consequências deste para a comunidade local.

Pensar a relação entre as políticas patrimoniais e a dita comunidade remete-se ainda ao entendimento desta como portadora de patrimônio imaterial, a pesca artesanal. Neste sentido, citamos Martha Abreu, Rachel Soihet e Rebeca Gongijo⁵ para refletir que “a recente discussão sobre o patrimônio imaterial no Brasil é mais uma

² Antes dos esforços de construção do SPHAN, fora elaborado um anteprojeto para esta instituição – e a pedido de Gustavo Capanema – por Mário de Andrade. Nele, se pretendia demonstrar as diversificadas manifestações culturais brasileiras. Mário de Andrade propôs a formação de quatro museus: arqueológico e etnográfico, histórico, belas artes e artes aplicadas e por fim, tecnologia industrial.

³ No momento do tombamento SPHAN (Secretaria do Patrimônio Histórico Nacional).

⁴ Processo iniciado em 1943 e inscrito no Livro do Tombo das Belas Artes nº 425 de pelo processo nº 365- T- 46 em 1955. Esta informação se encontra em: Acervo do MAI, pasta 7.3.2 – Recolhimento de Santa Teresa; subpasta: processo de tombamento das Ruínas do Recolhimento de Santa Teresa. Segundo

⁵ Cultura Imaterial e Patrimônio Histórico Nacional. Publicado no livro organizado por Martha Abreu, Rachel Soihet e Rebeca Gongijo, Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história. Civilização Brasileira, 2007. Disponível em: <http://www.pontaojongo.uff.br/sites/default/files/upload/cultura_imaterial_e_patrimonio_historico_nacional.pdf>.

oportunidade para acompanharmos e participarmos de disputas políticas mais amplas em termos culturais; de culturas políticas e políticas da cultura, hoje e no passado” (2007, p.12).

A Pesca artesanal de Itaipu integra o patrimônio histórico e cultural de Niterói, de natureza imaterial pela lei municipal nº 2874 de 11 de novembro de 2011. Esta lei visa à proteção e o incentivo das características da pesca feita em Itaipu, que tem por base a economia familiar e o modo de pescar artesanal. O tombamento da pesca em Itaipu é crucial para que se possa refletir sobre as ações do IPHAN na época do tombamento das ruínas. A pesca artesanal praticada de geração em geração pelos moradores da praia de Itaipu é valorizada como uma tradição pelos próprios praticantes. Entretanto, ao tomar as ruínas na década de 1950, o IPHAN se concentrou em proteger o patrimônio material daquela região.

Como se pode ver em Fonseca (2003), a noção de patrimônio intangível é recente. No Brasil ela passou a ser pensada a partir da constituição de 1988, que se referia aos bens tombados de natureza material e imaterial como componentes da memória e identidade nacional. Neste sentido, os bens incluem as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados as manifestações artístico-culturais; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

De acordo ainda com Abreu, Soihet e Gongijo constata-se que a atuação de historiadores nos campos do patrimônio tem sido parca desde o surgimento das políticas públicas de proteção ao patrimônio no Brasil e que este fato pode ser modificado graças à institucionalização do patrimônio imaterial no Brasil desde 4 de agosto de 2000: “Com o decreto 3.551, os profissionais de história, especialmente da história cultural, receberam uma extraordinária oportunidade para voltar a discutir a idéia e a política de patrimônio cultural e histórico no Brasil”. (2007, p.4)

O presente trabalho tem por desígnio explicitar a relação entre a comunidade pesqueira de Itaipu e o espaço das Ruínas do Recolhimento de Santa Teresa, relatando pesquisas históricas com ênfase em história oral, a fim de se entender como a comunidade de pescadores da Praia de Itaipu veem esse espaço. Para a realização da pesquisa relatada, foi investigada a história de ocupação dos Remanescentes do Recolhimento de Santa Teresa, desvendando os múltiplos usos a que este espaço foi submetido. O trabalho teve como recorte temporal o período compreendido entre as

décadas de 1960 e 1980, lembrado, pelos entrevistados, como momento de ocupação de pescadores nas Ruínas. Ao analisar-se o histórico de ocupação das Ruínas do Recolhimento de Santa Teresa, se vê que as informações disponíveis apontaram, primordialmente, para a formação deste local enquanto instituição religiosa nos séculos XVIII e XIX e, posteriormente, para o seu tombamento e a formatação do Museu. A pesquisa realizada serviu, portanto, para suprir este vão historiográfico que tem como recorte o período de ocupação de pescadores nas ruínas, já no século XX.

O objetivo primeiro da pesquisa era o de entender como as comunidades tradicionais de Itaipu (pescadores e familiares) se relacionam, em perspectiva histórica e social, com o espaço das Ruínas do Recolhimento de Santa Teresa enquanto lugar de memória e socialização. Através da abordagem da construção de uma memória em torno da habitação dos pescadores de Itaipu no interior das ruínas do Recolhimento de Santa Teresa, o trabalho foi desenvolvido a partir da realização de entrevistas e a análise destas em diálogo com documentos provenientes dos arquivos alocados no Museu de Arqueologia de Itaipu e bibliografia sobre o tema. Sendo assim, enfatizou-se a utilização da construção de uma história oral mediante as entrevistas dos pescadores e moradores da região que compreende Itaipu-especialmente o “Canto” da Praia de Itaipu.

Este artigo trata, assim, de um relato de pesquisa, fundamentado em depoimentos históricos e análise bibliográfica, sobre este período de ocupação dos pescadores nas ruínas. Salienta-se que as entrevistas realizadas podem ser vistas não só como testemunhos históricos sobre o passado, mas como garantia para o futuro a fim de entender como um mesmo espaço pode ser (re) apropriado e ressignificado de acordo com o tempo.

O IPHAN e as Ruínas

Ao tomar os Remanescentes, o SPHAN preocupava-se em restaurar e preservar o estilo arquitetônico setecentista e neste processo, não se atentou para a existência do entorno do bem tombado. Consta nos documentos do acervo técnico do MAI, que a iniciativa de tombamento das Ruínas do Recolhimento foi tida pelo interventor da Colônia de Pescadores Z-10 (hoje Z-7)⁶. Encontra-se, porém, neste período de intervenção uma contradição. A Colônia é um órgão que, em tese, deveria corresponder

⁶ Ofício de Luis Isidoro Leivas ao Diretor do Patrimônio histórico e Artístico Nacional: “vem respeitosamente solicitar [...] providências necessárias ao tombamento das ruínas do Mosteiro de Santa Thereza, localizado em terreno de marinha, na parte norte da praia de Itaipu, local vulgarmente denominado CANTO DO PRATO”: Acervo do MAI: Pasta 7.3.2 “Recolhimento de Santa Teresa” . Documento 16: Of. 2.

aos anseios da Comunidade pesqueira de Itaipu. Entretanto, a partir de pesquisas nos arquivos do MAI nota-se que ao serem tombadas como patrimônio no livro de Tombo de Belas Artes, as ruínas passaram a ser “inabitável”, o que levou à expulsão dos pescadores que utilizavam o espaço das ruínas para habitação, trabalho e; para realização de missas, casamentos e festas na capela construída dentro dos remanescentes, que segundo Saladino (2007) fora construída pelos próprios pescadores: “Passados os séculos, o Recolhimento tornou-se local de moradia para pescadores da região, que construíram pequenas habitações no interior das ruínas e uma capela não consagrada, da qual não se sabe a data de construção” (p.11).

A contradição quanto ao tombamento das ruínas diz respeito ainda à figura de Hildo de Mello Ribeiro, antigo interventor da Colônia e agente de Pesca Federal. Apesar de representando da Colônia, este senhor não se furtou a auxiliar ao DPHAN⁷ na época em que as ruínas foram inscritas no livro do Tombo.

A análise neste trabalho aborda ainda as tradições da comunidade pesqueira de Itaipu enquanto patrimônio imaterial, por esta noção, segundo José Reginaldo Santos Gonçalves (1999), está de acordo com a moderna concepção antropológica da cultura, na qual considera que “a ênfase está nas relações simbólicas, mas não nos objetos e nas técnicas.”. A construção de um discurso em valorização do caráter tradicional identificado à prática da pesca em Itaipu é posto em contraponto às ações empreendidas pelo IPHAN na temporalidade abarcada por esta pesquisa- que foram de valorização do patrimônio arquitetônico e arqueológico, em detrimento da história local e dos rituais inerentes ao ofício da pesca.

Retomando a noção do patrimônio intangível delegada à prática da pesca em Itaipu, vê-se que ela concerne à percepção de que esta prática cristaliza rituais e simbolismos próprios. Ao falar sobre os pescadores de Itaipu, Roberto Kant de Lima (1997) explicita a especificidade da pesca é marcada pela vivência com o mar, por estruturas específicas ao trabalho pesqueiro, pela manutenção de uma ordem hierárquica de atividades. Assim, como as atividades inerentes ao trabalho com o pescado e as estruturas familiares, as festas tradicionais, especialmente de S. Pedro, são apontadas por Kant como marcadoras de identidade.

A fim de “resgate de memória”, foram reunidos trabalhos etnográficos sobre grupos pesqueiros do litoral fluminense no final da década de 1990. Estes trabalhos confluíram para o conceito de “bairros de pesca”. Sobre este conceito, analisamos ser

⁷ O Instituto do Patrimônio Histórico Nacional chamara-se SPHAN (Secretaria) na época que se iniciou o processo de tombamento e DPHAN (Diretoria) quando este se consolidou.

crucial para o entendimento da comunidade de pescadores de Itaipu enquanto dotada de uma “tradição própria”, visto que ela possui ainda, uma “identidade própria”.

A comunidade de Itaipu

Segundo Elina Pessanha (2003), a tradição em Itaipu é ordenada de acordo com as relações sociais que se dão no interior das pescarias: “Os pontos de pesca e os limites da praia marcam, assim, o próprio espaço, estabelecendo intervalos e barreiras que devem ser lidos como sociais” (p.47). Tanto em DUARTE (1999) como em KANT de LIMA e PEREIRA (1997) nota-se que as comunidades pesqueiras são formadas por ligações de parentesco. Segundo Kant de Lima, este fato percute na formação das companhas⁸. Para além do caráter simbólico de “uma família só”, se constata que os grupos que habitam estas comunidades derivam de grupos familiares bem próximos. Dado isto, entende-se que a pesca (artesanal) é exercida como um legado: uma arte passada de pai para filho, o que permite ainda a considerar os viventes desta prática – a pesca artesanal- como tradicionais.

A comunidade tradicional de Pescadores da praia de Itaipu é entendida como tal por configurar um grupo de pessoas que possuem seus próprios ritos, mitos e história. Segundo pesquisa⁹, a comunidade tradicional tem como marco a invocação de uma identidade legitimada pela ancestralidade, na qual “A geração atual é ou se reconhece, desde um tempo passado, mas ainda presente na vida dos mais velhos ou na memória ativa de seus filhos, como fundadora original do lugar em que vive e da comunidade que constitui”.

Ao que remete ao caráter tradicional, pode-se analisá-lo sob a perspectiva de Erick Hobsbawn e Terence Ranger sobre a distinção entre tradição e costume. Para os autores, as tradições – não inventadas- derivam do conjunto de práticas rotinizadas, enquanto os costumes são os “acessórios e rituais formais que cercam a substância” (1984, p.10). Neste sentido, a pesca para Itaipu estaria voltada para o caráter tradicional, mas seus discursos de valorização identitária remetem ao uso de costumes para reivindicação de direitos. Neste sentido, o costume é transmitido para garantia da ideia

⁸ “grupo de profissionais de pesca com tarefas e habilidades específicas, que variam conforme o tipo de captura a que se dedicam” (PESSANHA, 2003, p. 84). Ou ainda na definição de KANT DE LIMA (1997, p. 90): ‘Categoria que significa tanto o ato de pescar como um conjunto de aparelhos pertencentes a um “dono de pescaria”’. Os companheiros recebem o título de acordo com a atividade que desempenham em cada companha, podendo ser eles: Companheiro-mestre, companheiro - vigia, contra - mestre e remador.

⁹ Relatório do Projeto Opará: tradição e mudança entre comunidades tradicionais ribeirinhas do São Francisco em Minas Gerais – uma abordagem sequencial e multidisciplinar, financiado pelo CNPq Processo 400150/2008-5 e pela FAPEMIG APQ-5995-5.06-07.

de continuidade histórica e para afirmação de direitos (como é o caso dos pescadores em relação às “ameaças” advindas pela expansão imobiliária em Itaipu). A manutenção destes costumes não extinguem, entretanto, mudanças, mas serve para que a tradição seja contínua, mesmo mediante a elas; como aponta Britto (1999): “No que se refere aos pescadores, a atitude dominante, entretanto, tem sido a de enquadrá-los como um segmento marginal ou desviante do processo de transformação da sociedade brasileira, sob uma perspectiva técnica, econômica ou política.” (p.37).

Ressalta-se ainda, que o discurso valorização da identidade através da tradição da pesca artesanal, no caso de Itaipu é inerente aos conflitos de terra e de domínio do espaço marítimo, específicos para a utilização da pesca. Itaipu é um bairro do 2º distrito na cidade de Niterói (RJ), inserido na Região Oceânica, a qual compreende, além de Itaipu, os bairros de Cafubá, Engenho do Mato, Jacaré, Piratininga e Camboinhas, abarcando as praias de Piratininga, Itacoatiara, Camboinhas e Sossego, tendo aproximadamente 50km². De acordo com Pessanha (2003), as pescarias em Itaipu remontam às atividades do período Colonial no litoral do Rio de Janeiro e as informações mais antigas que se tem sobre a tradição das pescarias nessa região dizem respeito ao livro de Monsenhor Pizarro¹⁰, no qual ele afirma que a atividade pesqueira cresceu, sobretudo, no século XVIII devido à queda de produção agrícola.

Nos últimos anos, o que vem acontecendo, entretanto, é a desvalorização do ofício do pescador. Os pescadores, que aprenderam seus ofícios com seus pais e avós tem deixado seus filhos “escolherem seu destino”, desencorajando-os, por vezes, a seguirem o “negócio da família”. É o que vimos na citação de um informante a Kant de Lima: “I1: Nessa profissão só ganha quem é dono de pescaria”. (KANT DE LIMA, 1997, p. 67). Desiludidos com o mundo da pesca e pela falta de expectativas no trabalho, os pescadores têm incentivado seus descendentes a seguirem carreiras fora do mundo da pescaria. A este fenômeno de “evasão” da profissão de pescador pode-se imputar às dificuldades encontradas pelas comunidades pesqueiras na atualidade, as quais derivam em especial da expansão capitalista e da expansão imobiliária na região Oceânica de Niterói.

Segundo Tardeli (2012), a construção de prédios de grande porte é uma preocupação na fala dos moradores, que temem perder suas tradições mediante a impossibilidade de se dar continuidade ao convívio familiar. Neste sentido procura-se entender como os discursos de valorização de uma tradição identificada pela pesca vêm

¹⁰ Registra que na Freguesia de São Sebastião de Itaipu encontrava-se de “bons, fartos e saborosos peixes” (PIZARRO apud PESSANHA, 2003, p. 21).

a se relacionar com problemas sociais enfrentados pela Vila dos Pescadores e como estas falas congregam-se- ou não- às ações de proteção patrimonial naquela área.

Os Pescadores e seus relatos

As Ruínas do Recolhimento de Santa Teresa foram ocupadas por famílias de pescadores no século XX. De acordo com os depoimentos coletados para a realização do presente trabalho, é possível que a ocupação por pescadores tenha ocorrido desde o início do século XX, ou até antes: “Eu acho que minha mãe, parece que nasceu ali”, diz Dona Vanda Maria Freita de Abreu, antiga moradora das ruínas do Recolhimento. Segundo ela, sua mãe e sua sogra teriam nascido no espaço das ruínas: “ela falava que nasceu aqui, acho que foi ela... minha sogra... parece que nasceu ali dentro. Depois saiu né e voltaram de novo; a minha mãe não voltou não, mas a minha sogra voltou.”

Se a mãe da senhora Vanda estivesse viva, ela teria mais de 100 anos e seus pais, assim como marido, eram de família de pescadores. Apesar de acreditar na possibilidade da ocupação das ruínas neste período (fim do século XIX e início do XX), optou-se pelo recorte cronológico das décadas de 1960 a 1980, que remontam à memória dos depoentes: “O que eu sei né é [...]. A família de Nilo, né depois veio os seus filhos né. O seu Nilo, ele morava aqui no museu né, que era um lugar abandonado né. O nome era 21 né, no caso, era 21 ou ruínas, não é? E...tipo...60 né que eu tenho lembrança...60, 65 que eu era criança e brincava aqui né (Jorge Nunes de Souza).

As ruínas serviam de abrigo para as famílias dos pescadores que não tinham como obter uma moradia própria, como aponta Américo Siqueira da Silva: “Já moravam em Itaipu. Os pais deles já moravam em Itaipu, já moravam em Itaipu aqui dentro do museu. Aqui que foi a sobrevivência deles. [...] Pescador nunca concordou, pescador não, morador que ele moravam aqui dentro...e não tinha outro lugar mais onde morar, outro lugar mais, outra sobrevivência pra eles, a sobrevivência deles era aqui.”

Assim, o estabelecimento destes nas ruínas ou “21” se tornava viável, já que o prédio estava abandonado desde que havia servido como abrigo para menores. O espaço funcionava como moradia e local de trabalho: “Era onde guardava o equipamento dos pescadores onde não tinha aonde dormir né, que morava mais, mais distante” (Jorge Nunes de Souza).

É importante ressaltar que, na época da ocupação dos pescadores nas ruínas, os pescadores construíram a capela que hoje serve como sala principal de exposições para o Museu de Arqueologia de Itaipu, sediado desde a década de 1970 no espaço das

ruínas. Segundo Dona Vanda, ao chegaram ao espaço das ruínas, era um terreno aberto, com “pátios grandes” e “é, só tinha aquelas pedras, depois que eles fizeram, que eles construíram”. A capela era utilizada para a realização de missas, casamentos e festas. Nela existia um altar a São Pedro, santo padroeiro dos pescadores: “É, na igreja, eu me lembro... teve muito ali muitos, vários casamento, muitas festas, quase todo ano quando era dia de São Pedro” (Vanda Maria Freita de Abreu).

Os rituais católicos, como a celebração de missas, casamentos e festas ao Santo Padroeiro, representavam o elo entre as famílias de pescadores de Itaipu, e o espaço das ruínas condensava muitos destes rituais. O Catolicismo popular apontado pelos antropólogos DUARTE e KANT se fazem presente ainda na entrevista de Aureliano Mattos de Souza ao comparar a vida dos pescadores com a de Jesus: “Que Jesus deu a chave; tá na bíblia de São Pedro, pescador, no caso eu e meus amigos aí de profissão”. Tradição, religiosidade e busca pela valorização de suas histórias perpassam os relatos concedidos nas entrevistas realizadas para o fomento do trabalho realizado.

Os entrevistados falaram sobre a época da ocupação das ruínas de Santa Teresa demonstrando clara afetividade, como demonstra Jorge Nunes de Souza, o Seu Chico. Porém, o depoente aponta que o tombamento dos remanescentes acarretou problemas dos pescadores que ali moravam: “aí expulsaram essas famílias aqui de dentro. [...] E foi morar no Cantagalo, ficamos revoltado, a gente não tinha poderes né, a marinha mandava muito e esses interventores”.

De acordo ainda com a Dona Vanda Abreu, o interventor que a “expulsou” das ruínas era seu compadre, o senhor Hildo de Mello Ribeiro: “Porque meu cumpadre que me botou pra fora em 24 hora com 8 filho [...] é, e era meu cumpade, batizou meus filho esse que eu tô falando. Se eu não saísse ele ia panhar minhas coisas toda e botar na rua”. Ao ser perguntada por que o senhor “Hildo” teria feito isso, ela não soube responder. De acordo com Rosilene Augusta da Silva: “ele era interventor, ele que cuidava né da parte, como se fosse uma colônia, antes era SUDEPE é, superintendência de pesca... uma coisa assim...” ao ser indagada se ele era da Marinha .

Na maioria das entrevistas, foi perguntado por que o interventor responsável pelo processo de tombamento, e consequente expulsão dos pescadores, teria tomado a decisão de levar o processo adiante, porém, ninguém soube responder. Segundo Lúcia Rosa de Abreu, nascida e moradora das ruínas até a adolescência, os pescadores tendem a não visitar o museu hoje instalado nas ruínas pelas emoções que este espaço a traz: “a gente não gosta de entrar porque (sic) era a nossa vida, então...”. Após a análise das

entrevistas, se pode notar que a maioria dos entrevistados foi enfática a falar sobre o prejuízo dos pescadores que moravam nas ruínas de Santa Teresa após o processo de tombamento.

A referente pesquisa notou ainda a mobilização dos moradores de Itaipu em torno da preservação de sua memória, tradição e moradia; elaborando mecanismos como a proposta de uma reserva extrativista, que visa normalizar a pesca em Itaipu, Piratininga e parte de Itacoatiara, favorecendo o trabalho do pescador artesanal. Esta iniciativa é citada por Tânia Rodrigues Lopes:

Você vai na Charitas, ali era uma colônia de pescadores e hoje você não encontra; você vai em Camboinhas, Piratininga não tem mais; o ramo imobiliário tomou conta desses lugares e a mesma coisa eles estão querendo fazer aqui em Itaipu. Aí o que que acontece... é, a gente tá lutando contra isso né, e a gente tá querendo, os pescadores tá lutando aí, tão até querendo fazer uma reserva aí, uma reserva pesqueira, que é pra proteger os pescadores.

A praia de Itaipu é conhecida pela beleza e pela tradição da pesca, mas nas últimas décadas tem sofrido mudanças relacionadas ao crescimento do bairro e à expansão imobiliária¹¹. Almejando um lugar mais calmo, antigos moradores das grandes capitais têm se mudado para o bairro de Itaipu. A partir da década de 1970 essa localidade passou a sofrer com processos de especulação imobiliária e, em específico, pelo loteamento de suas riquezas naturais: “Ali do outro lado do canal tinha muitas casas de moradores também e ali uma companhia com nome de Veplan indenizou os pescadores e os pescadores de lá também se mudaram daqui e foram pra outra, pra outra, outros lugares”. (Tânia Rodrigues Lopes).

De acordo com o antropólogo Ronaldo Lobão (2006) a praia de Itaipu sofreu um grande impacto com o surgimento do bairro de Camboinhas – proporcionado pelo estabelecimento de um canal permanente final da década de 70. Este canal representou um empreendimento imobiliário da empresa Veplan, uma das grandes incorporadoras neste momento. O empreendimento de “criar” uma área voltada para a classe média alta emergente fez com que se confrontassem estilos de vidas bem contrastantes dos dois lados do canal: de um lado hotéis e condomínios de luxo, com acesso restrito; de outro a vila de pescadores com suas casas modestas e a praia frequentada por camadas populares.

A especulação imobiliária levou então a muitos pescadores a venderem suas casas, se distanciando do canto da praia de Itaipu. Neste sentido, se formula desde 1996 – com alguns entraves e interrupções desde então- a criação de uma reserva extrativista

¹¹ “Toda a região em volta da lagoa de Itaipu, inclusive as duas restingas (que separam as duas lagoas de Itaipu do mar), estava sendo loteada e urbanizada pela Veplan, que por isso, retirou de suas terras todos os moradores na maioria antigos pescadores” (KANT, 1999, p. 50).

(RESEX) para Itaipu. Em seu início a proposta da RESEX abrangia três praias da região oceânica¹². Segundo Lobão, a versão mais recente deve chegar a uma quarta, Itaipuaçu, localizada no município de Maricá. Lobão destaca a participação da ALPAPI (Associação Livre dos Pescadores da Praia de Itaipu) para a execução da reserva. Segundo o autor, ela é “A grande força motriz das pescarias de Itaipu, que envolvem cerca de 300 pescadores” (2006, p. 126.). De acordo com o mesmo os recursos para a pesca são cada vez mais escassos e isto produz, desde a década de 1970 mudanças bruscas nas relações sociais desta comunidade. Por exemplo, algumas regras locais sobre a pescaria, como os “acordos de cavalheiro¹³” estão se perdendo:

A proximidade com um grande centro urbano faz com que a existência de artes de pesca com centenas de anos de tradição pareça um paradoxo. Mas basta lembrar que antes da inauguração da Ponte Rio Niterói, em 1974, a região oceânica de Niterói era praticamente deserta. Mais uma vez o desenvolvimento seguindo as estradas cobrou seu preço. No entanto, mais uma vez ele enfrenta resistências, e aqui também seus opositores são pescadores (LOBÃO, 2006, p.127).

A pesquisa realizada mostrou que, após o processo de tombamento como patrimônio histórico e arquitetônico na década de 1950, vários conflitos se sucederam em relação à posse do terreno das ruínas do Recolhimento de Santa Teresa. Em documentos da pasta relativos¹⁴ ao processo de tombamento mostram que a disputa pela posse foi intensa, delegando à Marinha, à Companhia Territorial de Itaipu e ainda à Colônia de Pescadores Z-7 a posse das ruínas e que os últimos moradores foram os integrantes da família do vigia do museu, já na década de 80.

Outra questão respondida no desenrolar das pesquisas concerne ao sentimento de “lugar de memória” em que o Museu poderia ocupar. Viu-se que as ruínas em si significam um local de afetividade, sobretudo pela coesão social que ela propiciou, mas que a coleção do museu em si é criticada por alguns pescadores que não se sentem representados por ele¹⁵. O indicativo inicial de que os pescadores teriam apoiado o processo de tombamento foi revisto, ao passo que se mostrou que este processo acarretou a expulsão dos moradores na década de 1970 e 1980.

Considerações finais

¹² Itaipu, Piratininga e Itacoatiara

¹³ “*é respeitado por que ele é passado pela tradição. É um acordo de cavalheiros, e quem não respeita entra na porrada, porque é safado. Mas quem não respeita uma norma escrita é considerado esperto...*”. Depoimento do Presidente da APAPI a Ronaldo Lobão (2006, p.127).

¹⁴ Acervo técnico do MAI, pasta 7.3.2 – Recolhimento de Santa Teresa.

¹⁵ O Museu de Arqueologia de Itaipu foi inaugurado em 1977 e é gerido pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) desde a criação do órgão em 2009. Sua coleção permanente pertence ao IPHAN\ DPMUS (Departamento de Museus).

O presente trabalho relatou as realizações promovidas na pesquisa sobre a comunidade pesqueira de Itaipu, no sentido de demonstrar como ela se relaciona histórica e socialmente com o espaço das Ruínas do Recolhimento de Santa Teresa. Evidenciou-se que a pesquisa realizada pode ser vista como um material essencial no que concerne à produção de fontes sobre um momento histórico ainda muito pouco estudado.

Além da análise da relação entre pescadores e o espaço referido, foi realizada na pesquisa relatada a análise dos usos impostos aos remanescentes do recolhimento, desde sua construção como um refúgio para mulheres no século XVIII até a instalação do Museu de arqueologia de Itaipu. Optou-se pela produção de uma história mediante a coleta de relatos de vida, através de entrevistas com moradores do bairro de Itaipu. A maioria destes relatos é de pescadores ou familiares de pescadores, o que demonstra outro aspecto de alta relevância para o presente trabalho: a cultura da pesca.

Procurou-se delinear uma contextualização histórica e social pesqueira em Itaipu, a fim de se enfatizar a existência de uma tradição inerente às práticas ritualísticas da pesca. Mostrou-se ainda que estas práticas têm sofrido um processo de enfraquecimento devido, sobretudo, à especulação imobiliária e ao esvaziamento da atividade pesqueira, provocado pela diminuição do espelho d'água e das espécies marinhas. Utilizou-se, ainda, o conceito de lugar de memória para entender como os moradores de Itaipu enxergam o espaço das ruínas – um local de identificação social e histórica, além de um instrumento de legitimação de identidade.

Os resultados encontrados foram, porém, contraditórios no que diz respeito à representatividade histórica que as ruínas têm na percepção dos pescadores. Os estudos iniciais sobre o pedido de tombamento do espaço das Ruínas do Recolhimento de Santa Teresa apontavam para a participação da comunidade pesqueira de Itaipu no processo de tombamento das mesmas. Entretanto, no desenvolver das pesquisas e, principalmente das entrevistas, pôde-se construir uma história paralela ao discurso oficial sobre o tema.

Desta maneira, as contradições sobre ocupação e saída dos pescadores do espaço das ruínas foram evidenciadas a partir do esforço da produção de uma história – como diria Burke – “vista de baixo”, a partir dos relatos de vida de “pessoas comuns”. Neste sentido, ressalta-se a relação ambígua cristalizada na criação da colônia de Pescadores Z-7 em Itaipu que, apesar de oficialmente representar os interesses dos pescadores locais, levou aos moradores – por meio do tombamento – a serem destituídos de suas casas. Este processo de “expulsão” gerou um ressentimento, que provocou – em sua

maioria – o distanciamento dos antigos moradores, e seus descendentes, das ruínas do Recolhimento de Santa Teresa e espaço musealizado ali existente.

Ente artigo enfatiza ainda que, apesar do processo de esvaziamento das condições que proporcionam a manutenção das tradições locais em Itaipu, existem ações de preservação da memória local, como, por exemplo, o tombamento da pesca artesanal¹⁶ e o projeto de uma reserva extrativista. A pesquisa retratada neste artigo considerou a relação entre estes movimentos locais com um aspecto macro, visto que esta ação de resistência cultural afeta os macrossistemas em que a Região Oceânica e, em especial, Itaipu está inserido. Nota-se assim, que articulações sociais como a formação da Associação Livre de Pescadores e Amigos da Praia de Itaipu e a Associação da Comunidade Tradicional do Morro das Andorinhas representam um esforço de preservação das práticas da pesca e dos traços tradicionais concernentes à esta.

O referente estudo compreende o discurso de valorização de memória como instrumento de afirmação de identidades, como um movimento de resistência à homogeneização do mundo contemporâneo e globalizado. Não é intenção do artigo, entretanto mostrar uma visão dicotômica entre comunidade tradicional e IPHAN e sim, demonstrar que o fato do tombamento das ruínas da década de 1950 é espelho de uma política voltada para a valorização do patrimônio material e especialmente, arquitetônico.

Os conflitos analisados em torno do processo de tombamento das ruínas do Recolhimento de Santa Teresa ilustram as mudanças ocorridas nos estudos sobre patrimônio e com estes afetam as comunidades nos quais um bem é tombado (seja material- no caso das ruínas ou intangível - a pesca).

Ressalta-se ainda, que o discurso valorização da identidade através da tradição da pesca artesanal, no caso de Itaipu é inerente aos conflitos de terra e de domínio do

¹⁶ A aprovação desta lei foi possível graças as articulações coordenadas de grupos ligados à pesca, intelectuais e moradores dos arredores da Praia. O projeto de lei foi elaborado pelo vereador Renatinho do PSOL (Gezivaldo Ribeiro) e contou com a colaboração de: ACOTMA- Associação da Comunidade Tradicional do Morro das Andorinhas, ACODUNA- Associação da Comunidade Tradicional do Morro da Peça- Duna Grande; Aldeia Guarani Tkoa-Mboy-Ty; ACOTEM- Associação dos Moradores Tradicionais do Engenho do Mato; ASSET- Associação dos Sitiantes Tradicionais da Serra da Tiririca e dos Moradores de Itaipu; CCROM- Conselho comunitário da Região Oceânica; CCOB- Conselho Comunitário da Orla da Baía; ECOANDO- Ecologia, Caminhada e o Cidadãos; Eliana Leite(engenheira agrônoma e moradora de Itaipu); Laura França(jornalista e ex-presidente do Parque Estadual da Serra da Tiririca e moradora de Itaipu); Fábio Reis(professor de antropologia da UFF); Roberto Kant de Lima (coordenador do NUEEP- Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisas da Universidade Federal Fluminense); Ronaldo Lobão(professor de antropologia e direito da UFF); Mônica Cox de Brito(professora de geografia da UFF); Carlos Walter Porto Gonçalves(coordenador do LEMTO UFF- Laboratório de Movimentos Sociais e Territorialidades);

espaço marítimo, específicos para a utilização da pesca. Entretanto, que esta identidade não é fixa no espaço, os pescadores exercendo identidades múltiplas, característica do que Stuart Hall (2006) chama de sujeito descentrado da pós- modernidade: “O sujeito assume identidades diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente.” (p.2). Assumindo diferentes- e contraditórias- identidades nas diversas camadas da sociedade brasileira, o pescador volta-se, entretanto para sua “terra”, sua “raiz” para criar um discurso de valorização e pertencimento, que o faz ser visto, em um mundo múltiplo e globalizado, como tradicional, donos de uma terra específica, e o mais importante, de uma história própria.

Neste sentido, entende-se que a busca pela preservação da memória e do ambiente da comunidade local reflete os anseios dos próprios moradores, que se articulam em torno deste objetivo, tornando-se assim é imprescindível a reflexão sobre as ações do IPHAN e de políticas públicas para a Cultura, em diálogo às comunidades tradicionais, afetadas por estas ações, como afirma Fonseca (2003) “ir além dos conceitos, embora sempre os tendo como referência. Significa formular diretrizes, definir critérios e prioridades, elaborar projetos, realizar intervenções, mantendo sempre como parâmetro a tensão entre as necessidades, demandas e recursos disponíveis”(p.77).

Bibliografia

- BURKE, Peter. *A escrita da História: Novas Perspectivas – Abertura: Nova História, seu passado e seu futuro*. In: BURKE, P (org.). Trad. UNESP (FEU): 1993.
- BRITTO, Rosyan. *Modernidade e Tradição: construção da identidade social dos Pescadores de Arraial do Cabo* (RJ). UFF, Niterói: 1999.
- CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. 3ª Ed. São Paulo: UNESP, 2006.
- CHUVA, Márcia Romeiro. *Arquitetos da Memória: Sociogênese da Práticas de Preservação do Patrimônio Cultural no Brasil(anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.
- TARDELI, Juliene. Itaipu: *Como veem os pescadores? Memória e conflito nos remanescentes do recolhimento de santa Teresa*. Monografia apresentada como exigência parcial para obtenção do título de graduação em Licenciatura Plena em História pela Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ: 2012.

FONSECA, Maria C. Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Org.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. “*Coleções, museus e teorias antropológicas: reflexões sobre conhecimento etnográfico e visualidade*.” In: *Cadernos de Antropologia e Imagem*, Rio de Janeiro, 81(1): 1999.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*, 11ª ed. Rio de Janeiro: D&A Editora, 2006.

HOBBSBORN, Eric; RANGER, Terence (orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

JULIANO, Letícia. Apontamentos sobre a história do museu. In: *Caderno de Diretrizes Museológicas*. Brasília. MinC, IPHAN, Departamento de Museus e Centros Culturais, 2ª ed. Belo Horizonte, SEC, Superintendência de Museus: 2006.

LOBÃO, Ronaldo Joaquim da Silveira. *Cosmologias Políticas do Neocolonialismo: como uma Política Pública pode se transformar em uma Política do Ressentimento*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Doutor em Antropologia. Niterói, UFF, 2006.

LIMA, Roberto Kant; PEREIRA, Luciana F. *Pescadores de Itaipu: Meio Ambiente conflito e ritual no litoral do Estado do Rio de Janeiro*. Niterói, RJ: EDUFF, 1997.

NORA, Pierre. *Entre Memória e História: a Problemática dos Lugares*. Projeto História, São Paulo, 1993.

OLIVEIRA, Daniel Martinez de; HERINGER, Pedro Colares. “*Revelando Itaipu: algumas percepções sobre a exposição do MAI*”. I Encontro de Pesquisadores do IBRAM, Seção 2: Museus, Educação, Memória e Sociedade. Nov. 2011. (mimeo).

PESSANHA, Elina Gonçalves da Fonte. *Os companheiros: trabalho e sociabilidade na pesca de Itaipu*. Niterói, RJ: EDUFF, 2003.